

Ano II nº 30 19/3/97 a 01/4/1997 Contribuição R\$ 1,00

DUNUACION SOCIALISTA



Vale. Organize uma caravana no seu sindicato, na sua escola ou universidade.



Revolução popular sacode Albânia

página 11

Vale está à venda por preço de banana página 4

Precatórios: CPI não investiga os chefões página 5

Operários da Renault mobilizam-se na Europa página 10

Trabalhadores I. O Dieese lançou recentemente o Anuário dos Trabalhadores, com dados atualizados até setembro de 1996. Como era de se esperar, os números ali apresentados confirmam as mazelas sociais que atingem a maioria da população. Por exemplo, o grau de concentração de renda continua intolerável: segundo o Anuário, os 10% mais pobres detêem 1% da renda do trabalho (rendimento mensal de todos os trabalhos dos ocupados com rendimento do trabalho), enquanto os 10% mais ricos ficam com 47,1%. Se ampliarmos para os 50% dos mais pobres, a situação não é melhor: estes ficam com apenas 13,4% da renda do trabalho.

Trabalhadores II. O mesmo Anuário dos Trabalhadores traz os resultados de uma pesquisa feita pelo Dieese em São Paulo, relativa ao orçamento familiar. A pesquisa revelou que o rendimento médio per capita das famílias paulistanas no biênio 94/95 era de 4,6 salários mínimos. Mas isso é a média, na maioria das famílias a situação é dramática: 13,8% delas vivem com rendimentos per capita inferiores a um salário mínimo; 24,9% com um a dois mínimos per capita e 36,1% recebe entre dois e cinco mínimos.

Trabalhadores III. E como não poderia ser diferente, os números do Anuário em relação aos salários e as condições de trabalho são um espelho fiel do arrocho e da precarização. Cerca de 26,4% dos assalariados brasileiros ganham até um salário mínimo por mês (estes números são também confirmados pelo IBGE). Enquanto isso, apenas 1,6% têm salários superiores a 20 mínimos. Em 1995, 57,1% dos trabalhadores tinham carteira assinada. A precarização é visível também nos rendimentos dos que não têm carteira assinada: 51,8% destes recebem até um salário mínimo.

Telefonia. A privatização do sistema Telebrás será precedido por um aumento das tarifas de telefone. O objetivo, segundo o governo, é "valorizar" a Telebrás para a sua privatização. Os reajustes ficariam entre 89% e 116% e o governo pensou seriamente em promovê-los já em abril. O ministro das Comunicações, Sergio Motta, afirmou que essa "reestruturação tarifária" não seria agora. Porém, ele garantiu que irá ocorrer antes da privatização. Imaginem então como será "baratinha" a tarifa telefônica quando os grandes grupos privados começarem a abocanhar a telefonia convencional.

Petróleo. A Lei que regulamenta a quebra do monopólio do Petróleo foi aprovada no último dia 12. A partir de agora, a iniciativa privada (leia-se as sete irmās multinacionais) poderá também explorar, refinar, exportar e importar petróleo e seus derivados. Além disso, a lei prevê que as distribuidoras terão, por cinco anos, a exclusividade da comercialização dos derivados no país. Por exemplo, a Shell poderá importar diretamente derivados para a sua comercialização. Preparem-se: aumentos de tarifas para a população estão no horizonte. Mas o assunto ainda não está encerrado. Não contente, o PFL quer votar uma emenda na Lei que permite a privatização da Petrobrás. Novamente, as sete irmās agradecem.



Cerca de 400 mulheres realizaram um ato e depois uma passeata pelas ruas de São Paulo, no último dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. A manifestação contou com o apoio dos partidos de esquerda e teve entre as suas principais bandeiras o rechaço às reformas de FHC, que também atacam direitos da mulher trabalhadora.

O QUE SE DISSE

"Privatizar a Vale do Rio Doce é um assunto muito importante. Por isso, pesamos os mínimos detalhes."

Mais um anúncio publicitário do governo, divulgado na mídia impressa. Sem dúvida, pesaram os mínimos detalhes, entre eles a forma de vender a Vale por um preço, no mínimo, R\$ 2,5 bilhões abaixo daquilo que valem as próprias ações da Companhia no mercado.

"Meu primeiro discurso político, em 1953, foi a favor do monopólio da Petrobrás e me orgulho de ter presidido a comissão que acabou com ele."

Alberto Goldmann, deputado federal (PMDB/SP), que foi militante do PCB antes de se tornar cão de guarda do quercismo em São Paulo nos anos 80. Agora, pelo visto, virou cão de guarda do neoliberalismo e das sete irmãs. No jornal O Estado de S.Paulo, em 12/3/97.

"A ocupação de terras é um método inaceitável."

Não é ninguém da UDR falando, é o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que está fazendo um esforço terrível para tornar-se um porta-voz da atual estrutura agrária do país, na base do não mudar nada para que tudo fique como está. No jornal O Globo, em 12/3/97.

"O doutor Eduardo Campos apressou-se em ligar para o secretário, doutor Celso Pitta, e foi ao gabinete do doutor Pitta. Foi com o secretário da Fazenda, doutor Pedro Eugênio, para saber se tudo aquilo que nós havíamos falado tinha alguma fundamentação."

Fabio Nahoum, presidente do banco Vetor, em depoimento na CPI dos Precatórios cita o envolvimento direto de Celso Pitta. A tal "fundamentação" que buscavam os secretários era uma brecha na Constituição para efetivar a operação com os títulos.

U

◆Nacional: Tel - 549-9699/ 575-6093 (SP) ◆ São Paulo (SP): Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 -Paraíso-Tel (011) 572-5416 ◆São Bernardo do Campo (SP): Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ Guarulhos (SP): Rua Glauce Souza Lima 17 Vila Augusta 🔷 São José dos Campos (SP): Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (0123) 41-2845 ◆ RIo Claro (SP): Av. 1, 1143 Centro - Tel 24-0193 ◆ Niteról (RJ) Rua Marques de Caxias 87, centro ◆Rio de Janeiro (RJ): Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - centro CEP 88020-001 ♦ Duque de Caxlas (RJ): Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ♦ Belo Horizonte (MG): Rua Padre Belchior, 289 Centro Tel: (031) 226-3460 Natal (RN): Av. Rio Branco 815 Centro ◆São Luís (MA): Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ Maceló (AL): Rua 13 de Maio 87 Poço Parasília (DF): SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - cep 70391-900 Tel (061) 225-7373 Parasília (GO): (062) 229-2546 ◆ Belém: Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 549-5388 ◆ Manaus (AM): Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 🏶 Recife (PE): Rua da Gioria, 472 Tel (081) 231-3800 🏶 Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ Porto Alegre (RS); Rua Borges de Medeiros, 549 4g andar Centro ◆ Passo Fundo (RS): Rua Teixeira Soares, 2063 🏶 São Leopoldo (RS): Rua São Caetano, 53 🏶 Terezina (PI): Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆Aracajú (SE): Av. Pedro Calazans 491 sala 105 O nosso endereço eletrônico é: sede.pstu@mandic.com.br

U M E R Q 3 Distribuição oessoul da renda do tra EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81 Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000.

Impressão: Vannucci Gráfica.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL

Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary, Enio Bucchioni e Carlos Bauer

EQUIPE DE EDIÇÃO

Mariúcha Fontana, Fernando Silva, Marco Antonio Ribeiro e Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO

Preparar o dia 17

mostrando mais uma vez o grau de podridão que envolve as altas esferas da classe dominante, seus políticos e seu governo. Prefeitos, governadores, senadores e banqueiros são, juntos com o BC, os grandes atores dessa nova maracutaia que se depender da CPI do Senado e de FHC

escândalo dos precatórios está

vai terminar em nova pizza.

Esse não é o único escândalo nacional. Há outros. O anúncio da privatização da Vale por um preço mínimo de R\$ 10, 361 bilhões é um escândalo. Isto é uma verdadeira doação de 400 anos de reservas minerais e portanto de soberania nacional. Além disso, para abocanhar a Vale basta desembolsar apenas R\$ 3 bilhões (o correspondente ao lote de 45% das ações ordinárias que o governo pretende leiloar em 29 de abril). Não é a toa que os consórcios multinacionais e nacionais estão se degladiando para abocanhar a Vale.

Mas tem mais escândalo na república de FHC. A indignante campanha que o governo, apoiado nos grandes órgãos da mídia, move contra os sem-terra parece não ter limites. Agora, FHC, Jung mann e companhia querem criminalizar os sem-terra. Marcio Barreto continua preso e outros líderes do MST estão vivendo clandestinamente. Mas o filho do fazendeiro do Pontal que atirou para matar em trabalhadores rurais já foi solto e recebido com festa pelos latifundiários da UDR. Isto é uma provocação contra todo o movimento dos trabalhadores. Isso é apenas um episódio a mais sob o podre reino do nosso "déspota esclarecido".

Mas a luta dos semterra continua no centro da conjuntura. Um grande ato foi realizado no Pontal do Paranapanema no último dia 16, e cresce a preparação e a expectativa de realização de uma grande manifestação em Brasília no dia

17 de abril pela reforma agrária, contra o desemprego e as reformas de FHC, e contra a privatização da Vale.

Estarão ao lado dos sem-terra nesse dia os estudantes que lutam contra o desmonte da edução pública, os metalúrgicos da CUT que mobilizam-se contra o desemprego e o funcionalismo público que luta para tentar impedir a Reforma Administrativa de FHC/Bresser Pe-

Nesse momento, a principal tarefa de todo o movimento social organizado e da esquerda é convocar e preparar um enorme ato de protesto nas barbas do Palácio do Planalto em 17 de abril.



Passeata no Pontal, no último dia 16

Esse é o único caminho para expressar e dar corpo a um descontentamento que existe nos setores mais organizados da classe trabalhadora e nos mais atingidos pelos ataques do governo. Isso ficou claro na ida de FHC ao ABC paulista quando milhares e milhares de metalúrgicos vaiaram o presidente e protestaram na Via Anchieta.

É hora de arregaçar as mangas. Organize uma caravana junto com o seu sindicato, na sua escola ou universidade. Vamos todos a Brasília no dia 17 de abril solidarizarmos com os sem-terra e dizer Não! a FHC e às suas reformas, à sua política econômica e ao seu governo de escândalos e impunidade.

OPINIAO

A escolha da estratégia

Valério Arcary, membro da direção nacional do PSTU

os dias 2, 3 e 4 de abril se reunirá em Brasília a Conferência por Terra, Trabalho e Cidadania, convocada pela CUT, MST, Central de Movimentos Populares, Contag, UNE e Abong (a excêntrica sigla da Associação de ONG's) e com a participação dos partidos de esquerda PT e PCdoB. O PSTU se uniu a preparação da Conferência mesmo considerando a incomoda presença do PDT e do PSB.

Para nós esse evento deveria servir para avançar na unidade da esquerda em torno de um projeto classista e socialista. Mas a maior responsabilidade para avançar na construção da unidade continua depositada nas mãos da direção do PT. Esta, é claro, faz movimentos contraditórios. Por um lado, realiza uma guinada à esquerda e afirma o apoio a Marcha dos sem-terra e ao MST. De outro, aposta suas fichas numa frente eleitoral com Brizola, com Arraes (mesmo com a participação do seu governo no escândalo dos precatórios e seu flerte inqualificável com FHC) e até mesmo com Cyro Gomes e Itamar Franco.

O PSTU irá a Conferência em Brasília apresentar uma programa anticapitalista. Também defenderá a unidade classista da esquerda para 1998. Mas para isso será necessário uma clara definição de oposição intransigente a FHC e de apoio aos que resistem aos ataques governamentais. Esta definição é incompatível com uma aliança com Brizola e/ou Arraes. Incompatível com Itamar que é completamente hostil ao MST e às ocupações.

Unir a esquerda para construir uma oposição classista é buscar uma localização na conjuntura que permita conquistar legitimidade diante das lutas de resistência. A luta por terra do MST, a luta por trabalho, a luta contra as demissões da Reforma Administrativa, a luta contra a privatização da Vale, e contra o fim da aposentadoria devem ser desde já parte orgânica da atividade dos partidos de esquerda.

A perseguida unidade do PT com Brizola, Arraes e o namoro com Itamar é a dissolução da esquerda no pântano e na impotência, é o caminho da desmoralização. O desenlace eleitoral de 98 se decide em 97.

ARTAS

Exposição de fotos dos sem terra

De 10 a 17 de abril estará acontecendo em todo o país uma exposição do fotógrafo Sebastião Salgado, que mostra a vida dos sem-terra brasileiros. Durante a exposição, será lançado um CD de Chico Buarque cujo tema é a Reforma Agrária. Aqui em Minas Gerais quatro cidades foram escolhidas para sediar a exposição: B.H., Governador Valadares, Ipatinga e Montes Claros.

São em média, 250 fotos da situação dos sem-terra em todo o Brasil que deverão ser vendidas a R\$ 10 como bônus de solidariedade ao Movimento dos Sem Terra. Em B.H., o MST quer realizar a exposição e o lançamento do CD no Palácio das Artes.

Durante a divulgação da exposição, o Núcleo de Apoio ao MST de BH fará também o debate com cada categoria para concretizar o apoio e a aliança dos trabalhadores da cidade com a luta dos sem-terra.

Priscilla Junqueira, de Belo Horizonte (MG)

Distribuição pessoal da renda do trabalho electristividade o exclusividade o escapa con como como por electrico en escapa de e UMEROS a alamava sof sing on sobovisto sop opposilo Forme: IBGE. BNAD/95

Grupo	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995
Os 10 % mais pobres	0,9	0,8	1,0	0,8	0,6	0,7	0,8	0,8	0,7	1,0
Os 20 % mais pobres	2,7	2,5	3,1	2,7	2,2	2,3	2,6	2,6	2,4	3,1
Os 50% mais pobres	13,4	12,8	13,5	13,0	12,0	11,2	12,0	14,0	12,9	13,3
Os 10% mais ricos	46,8	47,6	47,3	46,9	49,7	51,5	48,1	45,1	49,0	47,1
Os 5% mais ricos	33,3	33,9	33,9	33,3	35,8	37,7	34,4	32,1	35,8	33,6
O 1% mais rico	13,0	13,3	14,0	13,5	14,2	15,9	13,9	13,1	15,5	13,4

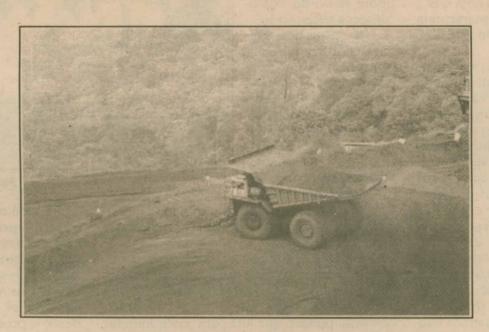
Governo quer doar a Vale do Rio Doce

Fernando Silva, da redação

preco mínimo da Vale é certamente apetitoso. Eu até proporia a todos os brasileiros que tenham oportunidade, que comprem ações da Vale". Esta declaração franca e aberta à revista Isto É, do consultor Antoninho Marmo Trevisam, da Trevisam Consultores Associados, é apenas uma constatação de algo que já virou quase uma unanimidade nacional: o governo está vendendo a Vale do Rio Doce a preço de banana. Segundo o próprio Trevisam, o mercado financeiro esperava uma avaliação entre 30% e 40% superior ao preço mínimo de R\$ 10,361 bilhões anunciado pelo governo.

Não é para menos. O governo FHC e sua equipe econômica não medem esforços e concessões quando se trata de acelerar a entrega do patrimônio público e da soberania nacional. Para começar, a Vale foi cotada pelo menos R\$ 2 bilhões abaixo do valor das ações da empresa na Bolsa de Valores. Pelo mercado financeiro, a Vale deveria ser cotada a pelo menos R\$ 12,6 bilhões. Acontece que o governo levou em conta as cotações médias das ações nos últimos 90 dias para fixar o seu valor. Porém, nesse mesmo período, as ações da Companhia valorizaram-se 18,28% (as ações ordinárias) e 27,14% (as ações preferenciais). Isso, em dinheiro, significa R\$ 2 bilhões.

As sacanagens não param por aí. O Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, após estudar todos os documentos da Vale e visitar Carajás, a pedido da Câmara dos Deputados, descobriu que o relatório da empresa de consultoria Merryl Lynch, que também foi levado em consideração pelo governo na cotação da empre-



As reservas da CVRD

Livery's at	Reservas*	Produção/Ano*	Duração
Cobre	1,2 bilhão	220 mil	24 anos
Caulim	65 milhões	1 milhão	66 anos
Manganês	129 milhões	1,5	86 anos
Ouro	300	16	51 anos
Potássio	14,5 milhões	660 mil	22 anos
Ferro	41,2 bilhões	100 milhões	400 anos
Bauxita	1,1 bilhão	8 milhões	130 anos

em toneladas - Fonte: Vale do Rio Doce

sa, sub avaliou as reservas de minério de ferro de Carajás em 65% menos do que de fato são. Segundo o GAT, isso significa que o preço mínimo da Vale foi reduzido em pelo menos R\$ 1,3 bilhão, só nessa manobra.

Mas esta não é a maior de todas as malandragens contra a Vale. Até aqui estamos falando de diferenças de R\$ 3 ou 4 bilhões. O que evidentemente não é pouco dinheiro. Mas a pergunta que deve ser feita é: 400 anos anos de reservas de minério de ferro, 130 anos de bauxita, 51 de ouro, um milhão

de hectares de reservas florestais, 2 portos, 2 ferrovias e uma frota de navios podem ser vendidas a R\$ 10 ou 13 bilhões? Isso é uma verdadeira doação. Através da Vale, o país controla 23% do mercado mundial de minério de ferro. Para as mãos de quem isso irá?

Não é à toa que os grandes grupos capitalistas multinacionais (só do Japão são três) e alguns tubarões nacionais (Votorantim, entre outros) estão ouriçados e disputando acirradamente este filão. Afinal, não é todo dia que aparece uma obra de caridade dessas.

Controle sairá por R\$ 3 bilhões

Nessa primeira parte da privatização da Vale, o governo pretende colocar à venda um lote de 45% de ações ordinárias, o que garantirá o controle da empresa aos consórcios que comprarem esse lote. Além de já estabelecer quais são, de fato, as reservas que entram no atual preço mínimo (as jazidas de minério de ferro, dos sistemas norte e sul da Vale entre outras), o edital de venda garante a concessão por 30 anos da exploração das estradas de ferro Vitória-Minas e Carajás.

Mas a maior de todas as mamatas é que apesar do preço mínimo estar em mais de R\$ 10 bilhões, bastará para os consórcios capitalistas que quiserem a Vale, desembolsar cerca de R\$ 3 bilhões para garantir o controle da empresa. É que este é o valor que o governo espera arrecadar com o lote de 45% das ações ordinárias que deverão ser colocados à venda na 1º fase da privatização. Esse lote garante o controle da Companhia, pois são as ações que dão direito a voto (24% das ações ordinárias já estão sob controle do capital privado).

Dinheiro pode ir para obras eleitorais

Atenção: não se surpreendam se parte do dinheiro da privatização da Vale for utilizado para um verdadeiro fundo de campanha eleitoral em 1998. O governo já definiu que metade dos R\$ 3 bilhões que espera arrecadar será usado para cobrir parte do déficit público. A outra metade irá para um tal de Fundo de Reestruturação Econômica Nacional. Que nome estranho, esse.

Segundo o governo, esse fundo será responsável por investimentos e empréstimos para ampliação e melhoria . ido de infra-estrutura economis ob comessages के किन्निक किन्निक के किन्निक के infra-estrofură parece ser um nome diferente para obras eleitorais. Não se esqueçam que de algum lugar vai ter que sair o dinheiro para o governo cumprir seu famoso plano de metas (eleitorais) para os próximos dois anos. É o lado social do governo FHC...

Cresce resistência contra privatização

A venda da Vale do Rio Doce deverá encontrar uma das maiores resistências à privatização de uma empresa desde 1991, quando foi iniciado o Procio drama Nacional de Desestatização. Já foram realizadas expressivas manifestações em Belém do Pará e em Itabira, em Minas Gerais. Os sem-terra também estão na campanha contra a privatização da Vale. Os estudantes prometiam engrossar o ato que está marcado para Bra-

sília no dia 20 de março contra a venda da Vale.

Em São Paulo, foi formado o Comitê Paulista em Defesa da Vale do Rio Doce, que marcouna um ato público para 4 de abril e uma série de outras atividades na cidade.

A manifestação em Brasília no dia 17 de abril pela reforma agrária e contra a política econômica do governo também deverá ser um outro ponto alto dos protestos contra

a venda da Vale. Mas sem dúvida, todos os esforcos de todos os setores que hoje estão contra a privatização da Vale devem cominhar programation exports ampliagation and the second an na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. São importantes as medidas jurídicas para tentar impugnar o leilão ou o Edital do governo, mas sem a pressão e o protesto popular será muito difícil deter mais essa entrega da soberania nacional. (F.S.)

CPI dos títulos quer inocentar peixes graúdos

Marco Antonio Ribeiro, da redação

epois de mais de 100 dias, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para apurar irregularidades na emissão de títulos da dívida por estados e municípios continua fazendo o possível para inocentar os peixes graúdos.

As investigações preliminares já mostraram a existência de um esquema destinado a manipular os títulos da dívida. O esquema envolveu governadores, prefeitos, secretários, senadores, grandes banqueiros e corretores de valores. Mas, até agora, só donos de pequenas corretoras e o responsável pela dívida pública do município de São Paulo foram chamados para depor.

Já se sabe, por exemplo, que o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PSB), telefonou para o então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf (PPB), solicitando que a equipe da Secretaria de Finanças de São Paulo ajudasse seus colegas pernam-

bucanos a criar uma operação com títulos da dívida pública.

Depois desse contato, Celso Pitta, na época secretário de Finanças, participou de uma reunião com os secretários pernambucanos Eduardo Campos e Pedro Eugênio. Na reunião, Pitta mostrou como o município havia lançado títulos para pagar débitos com precatórios e analisou a proposta para lançar títulos feita ao governo de Pernambuco pelo Banco Vetor, liquidado recentemente pelo Banco Central.

O envolvimento de políticos destacados da classe dominante é evidente. Mas eles não têm sido chamados para depor. A CPI está poupando esses figurões. Nenhum partido está interessado nessa investigação. As investigações atingiriam o PMDB e o PPB, dois dos maiores partidos do país. Também comprometeriam o PSB de Arraes, cujo apoio nas próximas eleições é pretendido por FHC.

Aliás, também não passa pela cabeça do governo federal uma investigação séria do sistema financeiro e do próprio Ban-



Celso Pitta: cada vez mais envolvido

co Central. Por isso, os representantes do governo no Congresso Nacional não querem nem ouvir falar em CPI do sistema financeiro. Escaldados com as investigações que resultaram na queda de Fernando Collor, os senadores — com o aval do governo — puxam o freio de mão e procuram limitar as investigações a figuras secundárias desse escândalo.

Veja aqui os envolvidos no escândalo

Governadores e prefeitos

Envolvidos: governadores de Alagoas, Santa Catarina e Pernambuco; além dos prefeitos de Osasco, Campinas, Guarulhos e São Paulo

Razões: emitiram títulos para pagar precatórios judiciais e utilizaram o dinheiro para outros fins.

Banco Central

Envolvidos: diretoria e chefes de departamento.

Razões: o Banco Central não impediu a realização da operação por parte de estados e municípios, apesar de ter poder para isso e constatar irregularidades.

Senado

Envolvidos: Comissão de Assuntos Econômicos e assessoria técnica. Razões: cabe ao Senado aprovar a emissão de títulos dos estados e municípios.

Fundos de pensão e grandes bancos

Envolvidos: fundos de pensão da Caixa Econômica Federal (Funcef), da Embratel (Telos), da Petrobrás (Petros) e grandes bancos comerciais (Bradesco e Itaú, entre outros).

Razões: os títulos emitidos por estados e municípios foram parar nos fundos de pensão de empresas estatais e nos fundos de renda fixa dos grandes bancos comerciais.

Operadores

Envolvidos: Ianes Representações, IBF Factoring, Tradetronic, SMJT Assessoria Empresarial.

Razões: funcionaram como empresas "laranjas", adquirindo títulos da dívida dos estados com um desconto médio de 30% e passando os títulos para o mercado paralelo.

Fora todos os corruptos!

Na semana passada, em São Paulo, a bancada de vereadores de oposição ao prefeito Celso Pitta conseguiu o número de assinaturas necessárias para requisitar a instalação de uma CPI. Mas acontece que a maioria da bancada é malufista. Além disso, no Congresso Nacional não há nenhum empenho por parte dos partidos aliados de FHC em ir até as últimas consequências. Por exemplo, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, tem sido poupado até agora, embora o envolvimento do governo desse estado no escândalo dos títulos públicos seja um dos mais noticiados.

Por isso, os partidos de esquerda, o movimento sindical, estudantil e popular precisam lançar uma ampla campanha, ir às ruas, para botar prá fora os governadores, senadores e prefeitos envolvidos no escândalo dos precatórios.

Fora Arraes, fora Pitta, fora Suruagy, fora todos os governantes corruptos!

Não é possível que o sistema financeiro e o Banco Central saiam impunes de mais esse escândalo. Já passou da hora de se fazer uma verdadeira devassa no Banco Central e em todo o sistema financeiro. Não há um escândalo que aconteça nesse país que não evidencie as famosas "deficiências técnicas" da fiscalização do BC ou que não apareça o nome de um grande banco.

É necessário, de fato, que se instale uma CPI do sistema financeiro no Congresso Nacional e não só no Senado. Mas, ainda que se instale essa CPI no Congresso Nacional, é preciso ter claro que não se deve depositar nesse parlamento nenhuma confiança. Nesse caso, o movimento social e as entidades democráticas deveriam constituir uma comissão independente de investigação para, com o apoio da mobilização popular, garantir uma apuração isenta, até as últimas consequências, dos responsáveis por mais esse roubo do dinheiro público.

FHC nunca fará Reforma Agrária

Mariúcha Fontana, da redação

governo continua tentando isolar os sem-terra por todos os lados, ao mesmo tempo que diz, cinicamente, pela mídia, ser "favorável" à Reforma Agrária.

Pior, o governo diz que já está fazendo a Reforma Agrária e mente descaradamente sobre o número de assentamentos realizados. FHC e o Incra divulgaram no ano passado que haviam assentado 44 mil famílias até novembro e, portanto, estavam próximos dos 60 mil assentamentos prometidos pelo plano ridículo desse governo para 1996. Ridículo por que existem 4,7 milhões de famílias sem-terra no Brasil, enquanto menos de 50 mil proprietários controlam 50% de todas as terras cadastradas e meios de produção rurais no país. Esse plano ridículo de FHC não muda em nada a estrutura fundiária do país.

Mas nem esse plano ridículo será cumprido. Numa vergonhosa manipulação dos números o presidente pinóquio neoliberal esconde que não fez nada mais que dar titularidade, regularizar a posse da terra para famílias já assentadas em terras desapropriadas há muito tempo. Segundo o *Jornal dos Sem Terra*, nessa estatística do Incra entram assentamentos até de 1978.

FHC não está fazendo e nunca fará Reforma Agrária nenhuma, porque a agricultura brasileira está totalmente subordinada à lógica do capital. Como afirma o MST: "A busca do lucro como objetivo principal da produção agropecuária trouxe um processo permanente de concentração da propriedade da terra, dos meios de produção (máquinas, armazéns, agro-indústrias, comércio, insumos agro-industriais) e da própria produção. O desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira se deu com uma ampla integração entre os diferentes tipos de capital: industrial, financeiro, comercial e produção agrário. A agropecuária no Brasil representa entre 12% e 15% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional. Mas se considerarmos o valor da produção incluindo todo o setor agro-industrial, chega a aproximadamente 30%."

O desenvolvimento da agricultura brasileira está, também, completamente vinculado aos interesses do capital interna-



Sem-terra em frente à plantação de milho na fazenda São Domingos

cional, seja através da presença de grupos econômicos multinacionais, seja pela integração da produção de acordo com a divisão internacional do mercado. O latifúndio é parte indissociável da estrutura capitalista do Brasil. De modo que não é possível uma verdadeira Reforma Agrária sem derrotar o capitalismo.

Ocupação é a solução

Segundo o Incra, existem 3.114.898 imóveis rurais no Brasil que declaram ter 331 milhões de hectares. Até 50 hectares, existem 2 milhões e 337 mil, ou seja, 75% de todos os imóveis, mas controlam apenas 35 milhões de hectares, que representam menos de 11% das terras. Acima de mil hectares há 43 mil e 956 imóveis que são donos de 166 milhões de hectares, ou seja, 50% de todas as terras. E ainda tem 75 propriedades acima de 100 mil hectares, que dominam 24 milhões de hectares. Só nestas 75 propriedades daria para assentar mais de 1,5 milhão de famílias sem-terras.

Mais incrível ainda é que 62,4% da área dos imóveis rurais brasileiros é improdutiva, segun-

do os dados do Atlas Fundiário Brasileiro. Há, portanto, uma tremenda crise agrária no país. Mas essa crise é só para os trabalhadores, para os sem-terra e para a maioria da população, pois a classe dominante brasileira se beneficia e muito dessa estrutura.

Acontece que a agro-indústria que domina o campo e o modelo de industrialização é, além de altamente concentrador, completamente dependente do capital internacional. As indústrias que transformam os produtos de origem agropecuária estão concentradas nos grandes centros e se dedicam apenas à produtos que possibilitam um lucro elevado, destinados às classes mais abastadas da população e à exportação

(Sadia, Parmalat, etc).

FHC, portanto, não vai fazer Reforma Agrária alguma, pela simples razão de que seu governo representa os interesses do FMI e do grande capital financeiro, industrial, agrário e comercial desse país. E nenhum deles está interessado em Reforma Agrária.

Uma verdadeira Reforma Agrária mexe com toda a agroindústria, com a indústria de
implementos agrícolas, com a de
fertilizantes, com os bancos e,
inclusive, com a bolsa de valores
de Chicago. Uma Reforma Agrária
para valer acabaria com a fome
no Brasil e mais, derrubaria parte
dos grandes capitalistas do campo dos países imperialistas, fortemente subsidiados. Os grandes

países imperialistas não querem que o Brasil vire o "celeiro do mundo".

Ao transformar em mercadoria o alimento, o capitalismo gera uma grande contradição no Brasil: de um lado uma imensidão de terras férteis ociosas e um contingente enorme de sem-terra dispostos a trabalhar. De outro o latifúndio volta toda a produção para o mercado e, sobretudo para a exportação. Como o que interessa ao capital é o lucro, o resultado é a fome de milhões.

Por tudo isso, segue mais atual que nunca o entendimento que o MST já tinha desde seu primeiro Encontro Nacional em janeiro de 1984, de que "a ocupação é a solução". (M.F.)

Ato no Pontal reune 4 mil

Luiza Casteli, do Pontal do Paranapanema

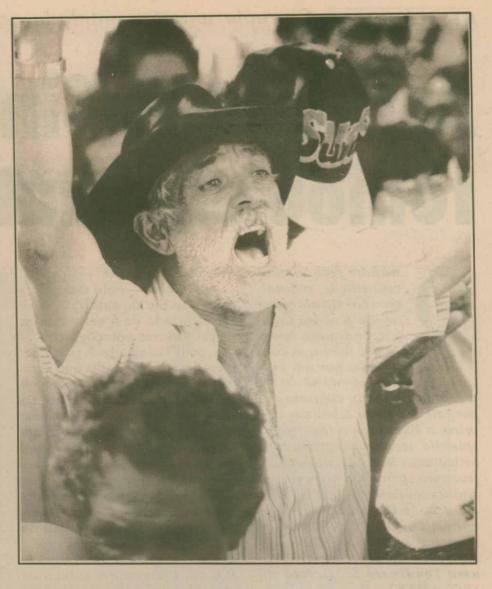
Estudantes, sindicalistas, membros de mutirões e movimentos de moradia, militantes do PT, PSTU e PCdoB, aposentados, donas-de-casa, pais com crianças no colo. Foram mais de 3.500 pessoas que, no último dia 16 de março, se deslocaram de várias cidades do estado de São Paulo para participar de um ato em solidariedade aos sem-terra no Pontal do Paranapanema. Após longas horas de viagem em mais de 70 ônibus e outros tantos carros, eles mostraram que é possível construir a unidade entre os trabalhadores do campo e da cidade.

As atividades do dia 16 de março foram divididas em duas partes. De manhã, em frente à fazenda São Domingos, local onde há um mês oito sem-terra foram baleados por jagunços, foi realizada uma passeata até o acampamento Taquaruçu e a "mística", um ato que incluiu apresentação teatral e músicas que falam sobre a luta pela terra. Zelitro Luz da Silva, da Coordenação Regional do MST, contou a história do movimento sem-terra no Pontal do Paranapanema e falou sobre a solidariedade entre os trabalhadores: "A Reforma Agrária só pode avançar se tiver a participação de toda a sociedade. Nós queremos discutir sobre a privatização, o desemprego, os. sem-teto, os títulos podres. Queremos poder nos solidarizar com a luta dos operários da cidade".

Os trabalhadores e estudantes das cidades, aproveitaram também para conhecer a roça de milho ainda por colher e era contagiante a sensação de que é possível fazer muito mais em apoio aos sem-terra nas cidades, bem como é possível organizar a resistência a esse governo. Basta que as organizações mais representativas dos trabalhadores, priorizem a ação

À tarde, foi realizado um ato em Teodoro Sampaio, com a inauguração de uma réplica do monumento criado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em homenagem aos 19 sem-terra mortos em Eldorado dos Carajás. Estavam presentes representantes da UPES, UJS, Central de Movimentos Populares, CUT, PCB, PCdoB, PSTU e PT.

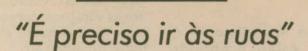
De novo, sentia-se a alegria dos militantes e ativistas ali presentes e da juventude em participar de uma luta, de protestar na rua contra esse governo e seu projeto.



PSTU presente na caravana ao Pontal

O PSTU teve uma participação importante no ato de Teodoro Sampaio; não só pela presença de nossos militantes da juventude, de bancários, previdenciários, professores, correios, do pessoal de Osasco e Guarulhos. Em todos os sindicatos e entidades estudantis de São Paulo onde temos atuação, estivemos na organização das caravanas ao Pontal do Paranapanema e discutimos a necessidade de prestar solidariedade ao movimento sem-terra.

Dirceu Travesso (Didi), da Executiva Nacional da CUT, falou no ato em nome do PSTU, e comparou o momento que vivemos ao final da década de 70, quando os trabalhadores de todo o país se levantaram em solidariedade aos metalúrgicos do ABC. "Hoje, em torno do movimento sem-terra, começa a se forjar a unidade necessária para se contrapor a FHC. A luta pela Reforma Agrária não é só contra um fazendeiro ou outro, mas contra o Bradesco, o Banco Safra, o Itaú, a Volkswagem, donos de grandes latifundios no país. É preciso multiplicar em todo canto comitês de solidariedade ao MST. É preciso unir a luta pela Reforma Agrária à luta contra o desemprego, por salário, contra as privatizações(...) E a gente sabe que setores que hoje até falam que estão contra a privatização da Vale não têm o mesmo projeto que nós. Como Itamar Franco e Ciro Gomes que são responsáeis pelo programa de privatizações e Fernando apoiaram Henrique.(...) O PSTU defende a construção de uma frente classista, de esquerda, contra o neoliberalismo, e que aponte para o projeto que queremos, o projeto socialista".



Gilmar Mauro, da Coordenação Nacional do MST, fala ao Opinião Socialista.

Opinião Socialista — Qual a importância da participação dos trabalhadores da cidade neste ato?

Gilmar Mauro — A solidariedade é importante porque, depois deste ato em Teodoro Sampaio, muitos que estão aqui vão defender a Reforma Agrária nas cidades, massificando a luta. Este é um passo para que o dia 17 de abril seja um marco na luta de todos os trabalhadores, e na luta dos sem-terra em particular.

Opinião Socialista — O que os trabalhadores podem fazer para ajudar na luta pela terra?

Gilmar Mauro — Jamais houve um momento tão importante como este para a nossa luta. É preciso ir às ruas, mobilizar a sociedade e, com isso,



Gilmar Mauro

alcançar a Reforma Agrária. Se nos mobilizamos, começamos a colocar em xeque o plano neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Nós temos que saber aproveitar o momento histórico, e quando eu digo "nós", falo não só do MST, mas também dos partidos de esquerda e sindicatos.



Ato em Teodoro Sampaio no dia 16

Articulação Sindical tomou sindicato de assalto

uando fechávamos essa edição, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos continuava tomado por jagunços contratados por um grupo minoritário da direção do sindicato capitaneado por Jair Stroppa e Edmilson Oliveira, o Toquinbo. A lamentável episódio teve início quando a Articulação Sindical, no final de fevereiro, perdeu a maioria do sindicato. Para falar sobre esta situação, o Opinião Socialista entrevistou Luis Carlos Prates, o Mancha, diretor do sindicato e dirigente do Movimento por uma Tendência Socialista na CUT, oMTS.

Opinião Socialista — Por que ocorreu essa divisão no sindicato?

Mancha - Até o final de fevereiro a Articulação Sindical tinha a maioria no Colegiado que dirigia o Sindicato. No entanto, devido ao afastamento de alguns diretores e ao rompimento de outros com as posturas políticas defendidas por eles, a corrente de Toquinho e Stroppa perdeu a maioria para o setor composto pelo MTS, pela Corrente Sindical Classista e por setores do PT. Não aceitando ser minoria, a Articulação Sindical deu início a uma verdadeira guerra contra o sindicato e a categoria.

Opinião Socialista — O

que eles fizeram?

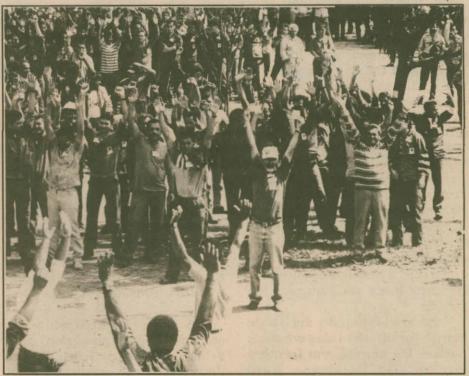
Mancha — Pelo estatuto, a Coordenação do sindicato deve ser renovada de 6 em 6 meses, de acordo com votações realizadas pelo Colegiado e pelas secretarias. Percebendo que seria minoria, a Articulação começou a boicotar as reuniões e no dia 28 de fevereiro convocou uma assembléia, onde eles elegeram uma coordenação apenas com pessoas de sua corrente. Para realizar essa assembléia, que significou uma verdadeira afronta contra o estatuto, eles contrataram 50 jagunços e, alegando que o problema do sindicato é a falta de um presidente, decidiram que é necessário se faça um plebiscito para que a categoria decida entre uma entidade colegiada ou "presidencialista".

Opinião Socialista — Qual é a situação atual?

Mancha — Desde o dia 6 de março, a Articulação Sindical mantém uma média de 15 jagunços na gráfica e nos departamentos do sindicato. Diante dessa situação, no dia 17 de março, os funcionários decidiram que não irão mais trabalhar até que a situação seja regularizada.

Opinião Socialista — Quais outros setores se manifestaram contra a tomada do sindicato?

Mancha - No início de março, dezenas de sindicatos compareceram a uma reunião



Articulação Sindical despreza deliberações democráticas da categoria

para repudiar esse vergonhoso atentado contra a democracia sindical. Estiveram presentes vários sindicatos de São José e Região, como o dos Químicos, Servidores Municipais, Condutores, Alimentação, Construção Civil, Cozinha Industrial, Correios, Vidreiros, além de membros de partidos políticos como o PSTU, o PT e o PCdoB. Além disso, houve mensagens e manifestações de repúdio de sindicatos do país inteiro.

Opinião Socialista — O que vocês estão propondo para resolver esta situação?

Mancha - Para nós é impossível continuar do jeito que está. É inaceitável que o sindicato esteja tomado por jagunços quando deveríamos estar discutindo a campanha salarial de 35% da categoria, as 400 demissões ocorridas na Embraer, a campanha contra o desemprego e o apoio ao Movimento Sem-Terra. Estamos convocando um ato para quinta-feira, 20 de março, e exigimos a convocação imediata de novas eleições para que a categoria decida quem ela quer que fique no sindicato.

BANCÁRIOS

Convenção forma chapa única da CUT no Rio

Zeca Figueiredo, do Rio de Janeiro (RJ)

Com o grito, "Tá decidido, tá confirmado, Cyro Garcia de volta ao sindicato", os membros da Chapa 5, vários bancários e militantes do PSTU comemoraram o vitorioso resultado obtido pela chapa Tá na bora da virada, muda sindicato - Oposição", na Convenção da CUT, realizada no dia 12 de março para a formação da Chapa Unica da CUT, que concorrerá às eleições do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, em abril.

A Convenção da CUT representou uma grande vitória para os bancários pois permitiu a conformação, através da proporcionalidade direta, de uma chapa única com todas as correntes da Central. Este processo, certamente, fortalecerá a luta dos bancários contra o governo e os banqueiros e deve servir de exemplo para o movimento sindical em todo o país.

Cinco chapas se inscreveram para disputar a Convenção: Chapa 1 (Ética e Luta), formada pela Articulação Sindical; Chapa 2 (Unidade e Luta), formada pelo PCB; Chapa 3 (Alternativa Classista), formada pela Alternativa Sindical Socialista e pela Corrente Sindical Classista; Chapa 4 (Oposição Independente), formada por ativistas do Banco do Brasil e a Chapa 5 (Tá na bora da virada, muda sindicato - Oposição), formada por mili-

tantes do PSTU e independen-

Números da convenção de bancários da CUT/RJ

CHAPA	CORRENTES	TOTAL	VOTOS	EXECUTIVA
1	Articulação/ASS/CSC	1.405	64,33 %	14
2	PCB	116	5,31 %	1
4	Ativistas BB	125	5,72 %	1
5	PSTU/Independentes	538	24,63 %	5

tes. Na véspera da Convenção, a ASS e a CSC retiraram a Chapa 3 e passaram a apoiar a Chapa 1, da Articulação Sindical. Diante disso, a corrente petista O Trabalbo manifestou seu apoio à Chapa 5.

A convenção contou com a participação de 2.197 bancários sindicalizados, que compareceram para votar nas onze urnas instaladas no sindicato.

O resultado obtido pela Chapa 5 não só demonstra que um expressivo setor da categoria, em especial do Banco do Brasil, optou pela mudança no sindicato, mas também que, apesar da Articulação Sindical ter sido a chapa mais votada, houve um fortalecimento de um pólo de resistência e oposição à política de conciliação com o governo e os patrões.



Um mundo novo, nada admirável

Expedito Correia, de São Paulo

Laboratórios de

pesquisa vão investir

pesado na clonagem

uma experiência bem sucedida após quase 300 tentativas que deram errado, o cientista escocês Ian Wilmut, em fevereiro último, conseguiu reproduzir assexuadamente uma ovelha a partir de uma

célula de outra, resultando animais idênticos. Mas este novo sucesso da biogenética não ganhou as man-

chetes no mundo todo por ter aberto um imenso campo de pesquisas na pecuária: muitos cientistas, a partir do método desenvolvido por Wilmut, crêem que seja possível fazer clones (palavra de origem grega, que significa broto), cópias idênticas também de seres humanos.

Se a experiência escocesa for confirmada, o homem terá dado o passo fundamental para ter o controle completo sobre a reprodução das espécies no pla-neta, com as consequências — benéficas e netastas — que daí podem surgir. Mas será possível o aproveitamento dessa tecnologia em benefício da humanidade numa sociedade voltada para gerar grandes lucros para uns poucos?

Ian Wilmut, embora admita a possibilidade técnica de criar clones humanos, prefere destacar a estupenda importância de

sua descoberta para o ramo agropecuário. Seu método é de uma simplicidade à toda prova, o que permitiria que muitos outros institutos de pesquisa o desenvolvessem e vulgarizassem seu uso. É uma verdadeira revolução que reduz drasticamente os custos para obtenção de rebanhos muito melhores e mais numerosos aumentando a níveis nunca imaginados a produção

> de carne, leite e derivados, com possibilidade de mudar o quadro da fome no mundo.

E a coisa não pára por aí: seria possível reproduzir órgãos muito semelhantes aos humanos em corpos de animais, o que criaria reservas inesgotáveis para cirurgias e transplantes.

Mas bom-mocismo científico é coisa para entrevistas: todas essas brilhantes e animadoras considerações foram olimpicamente ignoradas, já que a possível clonagem de seres humanos supera toda e qualquer ex-

Revistas e jornais esgotaram suas edições estampando opiniões discrepantes, misto de ignotandia, pesamenaçand eb futurologia sobre o rumo que a descoberta do laboratório escocês vai tomar. Das mais conservadoras às mais isentas, nenhuma opinião é "desinteressada". O que está em jogo é quem e como vai ser possível controlar a capacidade de reproduzir a força de trabalho humana, que produz bens para a socie-

dade e, com a troca destes, gera lucros para os capitalistas.

Assim, é provável que doravante, não só a PPL Therapeutics, empresa que pagou as experiências de Wilmut e detém direitos totais sobre os lucros que a pesquisa gerar, mas todos os laboratórios de multinacionais e institutos de pesquisa do mundo, se lancem a investir pesado para obter mais e melhores vacas, ovelhas, galinhas, porcos e tudo mais, sempre de olho nas gordas quantias que o domínio de uma tecnologia de ponta pode gerar. Será que a fome e as doenças vão acabar? Onde vão parar a moral e os discursos dos governantes "preocupados"? Bem, isso com certeza vai ficar para depois...

Tirar da mão de poucos o destino de todos

O desafio cotidiano de construir uma sociedade justa, igualitária, livre da miséria e opressão depara agora com um obstáculo de nova qualidade. A situação mundial em que aparecem nítidos contornos de barbárie, com potências capazes de destruir o mundo uma centena de vezes (como se uma já não bastasse), inaugura, a partir das novas descobertas na genética, uma fase que pode ser ainda mais aterradora. Já não bastam o genocídio puro e simples, ou sua contrapartida high-tech — a globalização — que condena milhões de pessoas em todo o mundo à morte lenta, pelo desemprego, subemprego ou até de stress; ou à fome e às doenças que matam sem piedade.

No nada admirável mundo em que vivemos, depois de todas as degradações possíveis da qualidade de vida, estamos diante da possibilidade da supressão ou embaralhamento das identidades como estágio mais apodrecido da dominação de classe. Para libertar todo o potencial de benefício que esse e outros avanços científicos podem trazer para o conjunto da humanidade é urgente tirar da mão de uns poucos o destino de todos: terminar com a dominação de classe e fazer a apropriação coletiva do estágio de desenvolvimento alcançado.

A clonagem dos lucros

Catastrofismo à parte, a coisa pode ficar feia mesmo é com a clonagem de humanos. Não há limite para o que se possa fazer de terrível com uma tecnologia destas a serviço da exploração capitalista. Podemos esperar multo em funçable crescimento de poder e lucros e pouco ou nada de benefício para o conjunto da humanidade. Que capitalista não apreciaria substituir os operários de suas fábricas não mais por robôs, mas por um exército de clones de seu operário mais saudável e produtivo?

Que governante ambicioso hesitaria diante da possibilidade de ter um exército de supersoldados idênticos?

Nessa desenfreada corrida genética, tanto para os outros. animais como pior para o ho-sollitu scento pior para o ho-mem, o que vai de embrulho e a peculiaridade, a diversidade e o ilíbrio ecológico delicado envolvendo vegetação, espécies animais, regiões inteiras sobre as quais vai se abater a ganância dos grandes capitalistas, banqueiros e chefes nacionais.

Trabalhadores da Renault mobilizam-se na Europa

Jan Vermeulen, de Bruxelas, Bélgica (9/3/97)

notícia chegou na quinta-feira, 27 de fevereiro, à noite: a fábrica de automóveis francesa Renault, em Vilvorde (periferia de Bruxelas), vai fechar em julho, deixando na rua 3.100 trabalhadores. A direção da empresa, em Paris, alega que é "necessária" essa "reestruturação".

A burguesia belga mostrase ofendida. O primeiro-ministro Dehaene (que mora em Vilvorde) disse que essa medida é "inadmissível". O ministro-presidente da região flamenga, Luc Van den Brande, "convocou" Louis Schweizer, o presidente da Renault, para dizer-lhe que é "ilegal e inaceitável". Mas todos esclarecem que não podem fazer nada. Van den Brande explicou que "nem ele nem o governo federal estão em condições de impedir a opção feita por uma empresa privada". O governo não está em condições de impedir a decisão tomada por uma empresa privada. Mas os trabalhadores, sim! E reagiram à toque de caixa.

Na sexta-feira dia 28, pararam a fábrica e bloquearam a saída de 5 mil automóveis prontos e da maquinaria. Imediatamente receberam a solidariedade dos sindicatos de outras fábricas da Renault na Europa e dos trabalhadores das outras fábricas automotivas da Bélgica.

Na segunda-feira, decidiram em assembléia fazer imediatamente uma marcha a Bruxelas, onde se encontraram, diante da sede da Comunidade Européia, com os trabalhadores da empresa Clabecq (que haviam votado solidariedade), os estudantes da

central estudantil FEB, uma delegação de trabalhadores da Sabena etc. Ao todo, mais de 4 mil pessoas.

Na terça, 800 trabalhadores da Renault-Vilvorde foram visitar a Renault-Douai (França). Entraram sem pedir licença e os trabalhadores franceses fizeram uma paralisação de três horas, em solidariedade.

Na quinta, 300 trabalhadores foram para Paris, onde Schweizer ia receber o Conselho Empresarial (francês). Ele não quis receber os delegados belgas, então os delegados franceses, das três centrais sindicais, decidiram abandonar a reu-

Na sexta, dia 7, houve uma paralisação de uma hora em todas as fábricas da Renault na Europa. Na Espanha, essa paralisação teve 90% de adesão, apesar de a direção alegar que os espanhóis sairiam ganhando com a transferência de parte da produção belga. Em Bruxelas, os trabalhadores da Renault jogaram uma carrocéria dessa marca nos jardins da embaixada francesa.

Enquanto isso, continuam ocupando a fábrica e impedindo a saída de automóveis e máquinas. Também definiram claramente o programa de luta. Não se aceita discutir "cláusulas sociais" de um fechamento pretensamente inevitável; ao contrário, levanta-se categoricamente não ao fechamento e não à lógica capitalista de destruição de empresas. Em defesa do instrumento de trabalho e do

Entretanto, este não é o programa da burocracia sindical, que está tentando retomar a direção do movimento e por isso teve que convocar uma Marcha a Bruxelas para o dia



Passeata de operários da Renault em Paris

16 de março. Na verdade, é a segunda marcha de trabalhadores belgas em pouco mais de um mês, já que no dia 2 de fevereiro de 1997, 70 mil pessoas participaram de uma Marcha pelo Emprego na cidade de Tubize. Só que desta vez a Marcha será européia, transcendendo as fronteiras nacionais em que a burguesia procura tão cuidadosamente nos separar.

O que você pode fazer

Em sua fábrica, em seu sindicato, com seus colegas, você pode comentar esta luta, passar uma cópia deste artigo e mandar uma mensagem de solidariedade de um grupo de trabalhadores ou, melhor ainda, uma moção votada em assembléia do sindicato.

A mensagem pode ser em francês, em inglês ou em português mesmo, que os trabalhadores belgas saberão traduzir. Pode ser enviada à delegação sindical da siderúrgica Forges de Clabeca e/ou à da Renault, que é intersindical, das duas centrais (FGTB e CSC). É importante indicar claramente o remetente: tal fábrica, tal seção, se é moção votada em assembléia.

Escreva para: Delegacion Syndicale Forges de Clabeca Fax 00-32-2-365 77 77 Delegacion Intersyndicale Renault Vilvorde Fax 00-32-2-254 3809

Empresa quer impor reestruturação

Há cinco fábricas automobilísticas na Bélgica: Ford, Opel, Volks, Volvo e Renault, A Renault é a menor delas, com 3.152 trabalhadores.

A empresa Renault (que tem atualmente 40 mil empregados) é francesa. Foi nacionalizada em 1985 e virou "sociedade anônima" em 1990. Hoje o Estado francês é o maior acionista, embora não cheque a ter 50%. A Renault tem fábricas na França, Bélgica, Espanha, Portugal e Eslovênia.

Nos últimos dez anos, a Renault sempre registrou lucros, até que em 1996 teve seu primeiro balanço negativo, com "prejuízo" de cerca de US\$ 700 milhões na produção. Mas o "setor financeiro" do grupo teve 250 milhões de lucros "não-operacionais". A lógica capitalista impõe uma "reestruturação", ainda mais

com vistas à "abertura total" do mercado em 2001 e à provável invasão dos carros japo-A decisão de fechar a fá-

brica de Vilvorde foi bem recebida nas bolsas de valores. As ações da empresa, que haviam baixado cinco pontos na semana anterior, devido aos boatos de balanço negativo, pularam de 122,5 para 130 francos na quinta-feira fatídica. (J.V.)

Insurreição armada sacode a Albânia

José Wellenstein e Wilson H. da Silva, de São Paulo

esde o dia 15 de janeiro, um dos mais pobres países da Europa, a Albânia, tem se transformado em uma crescente "preocupação" para as grandes potências da região. Naquele dia foi anunciada a quebra de uma série de instituições financeiras que, iludindo o povo, roubaram algo entre US\$ 1 e 2 bilhões, através de um esquema fraudulento que prometia lucros de até 100% ao ano em operações do tipo "pirâmide"

Dezenas de milhares de miseráveis albaneses (algo entre 25% e dois terços da população) havia caído neste golpe e, em janeiro, perderam literalmente tudo o que tinham: economias poupadas durante anos, casas, móveis etc.

As "pirâmides" eram promovidas por banqueiros e grupos mafiosos que transformaram o país em um alvo fácil para uma feroz especulação financeira com o auxílio direto do presidente Sali Berisha. Por isso, quando a fraude veio à tona, a população não demorou a identificar Berisha e seu governo de direita como cúmplices da maracutaia e saíram às ruas exigindo não só a devolução da dinheiro roubado, como também a destituição do presidente.

Recusando-se a restituir sequer um centavo, Berisha reprimiu violentamente as primeiras manifestações, provocando vá-



Rebeldes albaneses caçam membros da polícia secreta

rias mortes e dezenas de feridos, principalmente na cidade de Vlore, no sul do país. A partir daí, o governo começou a perder completamente o controle da situação.

Em poucos dias, as manifestações se estenderam por todo o sul da Albânia (zona onde se encontra a maior concentração industrial e, consequentemente, a grande maioria dos operários) e a população rebelde tomou as armas da polícia, saqueou os postos militares, levando tanques e metra-Ihadoras, prendeu os agentes de segurança e tomou o controle de cidades inteiras.

Nas últimas semanas, a insurreição armada chegou ao norte da Albânia e à Tirana, a capital. Sob o impacto dessa violenta onda revolucionária, praticamente todo o aparato militar do país se dissolveu e militares e policiais, recusandose a atirar sobre os civis, desertaram de seus postos e entregaram as armas aos rebeldes, juntando-se a eles.

Quando fechávamos essa edição, as principais cidades da Albânia estavam tomadas por jovens, homens e mulheres armados, que prometem continuar lutando até que Berisha abandone seu cargo.

Restauração está no coração da crise

Os acontecimentos na Albânia são na verdade, uma prévia do que pode ocorrer em todo o Leste Europeu e nos demais países que estão sendo vitimados pelos terríveis desastres provocados pela restauração capi-

As máfias, os saques contra os bens públicos e a repressão promovida por governos autoritários são fenômenos que atravessam todos estes países: da Rússia à China; da Bulgária à

Em grande parte desses países, o saque vem sendo promovido pelos herdeiros "reciclados" do velho regime stalinista.

No caso da Albânia em particular, a situação é apenas um pouco diferente. Sali Berisha pertence a uma organização de direita, o Partido Democrático (PD), que chegou ao poder em 1992, em meio a gigantescas denúncias de fraude.

Desde então, o Partido Socialista (PS), ninho dos yelhos stalinistas que abraçaram a economia de mercado e a restauração capitalista, tem posado de "principal partido de oposição". Uma farsa, que veio por terra assim que a crise se acirrou.

No domingo, dia 9 de março, o PS e o PD, sob a batuta de representantes da União Européia, assinaram um acordo para a formação de um governo de unidade nacional e a convocação de eleições até junho próximo. Através desse acordo, Bashkim Fino, um neo-stalinista e membro do PS, foi escolhido para chefiar o governo de coalizão.

A resposta da população rebelde a esta manobra foi imediata. Ao invés de atender ao chamado pela deposição das armas, a população tomou, em dois dias, 15 outras cidades, dando início à "marcha sobre Tirana". Os neo-stalisnistas, por sua vez, pediram a intervenção de tropas européias para "colocar ordem" no país. (J.W. e W.H.S.)

Trabalhadores devem controlar o país

Quando fechávamos essa edição, as potências européias estavam tentando realizar uma espécie de "intervenção branca" na Albânia. Apesar de terem formalmente se recusado a enviar tropas, os países da União Européia ofereceram uma "assessoria militar", cujo objetivo é auxiliar o pouco que resta da estrutura militar da Albânia "a restaurar as estruturas civis, a lei e a ordem" (Folha de S. Paulo, 17/3/

Com o mesmo objetivo, Bashkim Fino, o neostalinista que chefia o novo governo de coalizão, concedeu um aumento de 300% aos policiais, numa tentativa de convencê-los a retomar seus postos.

Contudo, as ruas de todas as principais cidades da Albânia, inclusive a capital, continuavam tomadas por civis com metralhadoras em punho e decididos a prosseguir desta forma até que o famigerado presidente Berisha seja destituído de uma vez por todas.

Esse, de fato, é o único caminho que os trabalhadores e a juventude albanesa podem seguir: por um lado, repudiar e rechaçar qualquer tentativa de intervenção do imperialismo; por outro, recusar-se a aceitar qualquer proposta de trégua que Berisha e seus novos aliados do Partido Socialista venham a propor.

A única forma de transformar essa insurreição em vitória sobre Berisha, o imperialismo e seus aliados é através da unificação dos inúmeros "comitês de salvação nacional" e "comitês de luta" que foram formados nesse processo revolucionário, transformando-os em organismos que assumam a direção do país para colocar na cadeia todos os envolvidos nas fraudes financeiras, expropriar seus bens e nacionalizar as empresas que foram privatizadas por esses mafiosos.

Assine o Opinião Socialista

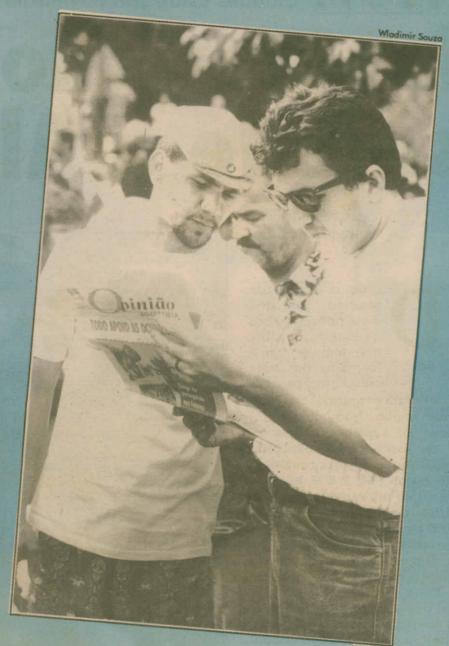
A partir desse número o PSTU lança uma nova campanha de assinaturas do seu jornal Opinião Socialista. No ano passado, junto com a nossa campanha eleitoral, conseguimos mais de cinco mil assinantes para um jornal que em suas páginas fez oposição implacável ao projeto neoliberal de FHC e às suas reformas, colocou-se na linha de frente da convocação da greve geral de 21 de junho e depois foi um importante porta-voz das propostas do PSTU na campanha eleitoral quando defendemos, através dos nossos 45 candidatos a prefeito e mais de 300 a vereador, uma saída socialista para o país.

Estamos com esse número chegando a nossa 30^a edição em nove meses no mesmo momento em que estamos dedicando todos os nossos esforços na defesa da Reforma Agrária e da mobilização

dos sem-terra. Mas não é fácil manter um jornal independente, de esquerda, sem nenhum tipo de financiamento ou publicidade paga nas suas páginas. Por isso, devido a dificuldades financeiras o Opinião Socialista provisoriamente está com periodicidade quinzenal. Mas nós queremos voltar rapidinho para o jornal semanal e por isso, caro leitor, amigo e simpatizante do nosso partido, estamos novamente apelando a você com essa nova campanha de assinaturas.

Se você já é assinante do jornal não deixe de renovar a sua assinatura; se você ainda não assinou e concorda com as nossas opiniões ou defende o direito democrático de existência de uma imprensa alternativa, critica e socialista, não deixe de assinar o Opinião Socialista.

A você, militante ou simpatizante do **PSTU**, convocamos vocês a se engajarem com tudo



nessa campanha. Faça sua lista de ativistas e companheiros do seu local de trabalho, de estudo ou do seu bairro. Não se esqueça também dos seus familiares.

Assine o **Opinião Socialista** para ele voltar em breve a ser semanal. Esse é o nosso objetivo.

Place and the property N	ome completo	Share to the		
	Endereço	and the same of the same		
Cidade	Estado	CEP		
CIC 24 EXEMPLARES	Telefone 48 EXEMPLARE	Profissão do Assinante		
1 parcela de R\$ 25,00 2 parcelas de R\$ 12,50 3 parcelas de R\$ 8,40 Solidária R\$	1 parcela de R\$ 50,00 2 parcelas de R\$ 25,00 3 parcelas de R\$ 16,70 Solidária R\$			
Forma de entrega	correio em m			

Envie cheque nominal ao PSTU no valor da sua assinatura total ou parcelada para a Rua Jorge Tibiriça, 238 - Saúde - São Paulo - CEP 04126-000



PSTU jornal Quinzenal

> PORTE PAGO DR/SP PRT/SP 7168/92

